PROJETO DE LEI Nº 09, DE 09 DE JULHO DE 2026.

Aprovado por 5 x 0 20/07/26

Autoriza o Poder Executivo do Município de Córrego Novo/MG a firmar convênio, termo de colaboração, termo de fomento ou outro instrumento congênere de parceria com entidade privada sem fins lucrativos, integrante da rede socioassistencial, para o acolhimento institucional de pessoas idosas, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Córrego Novo, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio, termo de colaboração, termo de fomento ou outro instrumento congênere de parceria com entidade privada sem fins lucrativos, integrante da rede socioassistencial, regularmente constituída e inscrita no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, para o acolhimento institucional de pessoas idosas em regime de longa permanência.

§ 1º A celebração do instrumento de parceria observará, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e alterações posteriores, bem como na legislação municipal aplicável e nas normas de finanças públicas vigentes.

§ 2º A seleção da entidade parceira observará o chamamento público previsto no art. 24 da Lei Federal nº 13.019/2014, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade dos arts. 30 a 32 do mesmo diploma, na forma do art. 5º desta Lei, devidamente motivadas em processo administrativo próprio, com a publicidade e os prazos de impugnação legalmente exigidos.

§ 3º Não se aplicará o regime da Lei Federal nº 13.019/2014 às parcerias firmadas com entidades de assistência social integrantes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na forma da ressalva contida no art. 3º, inciso VI, do

referido diploma, hipótese em que o ajuste reger-se-á pela Lei Federal nº 8.742/1993 e pelas normas do Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 2º O instrumento de parceria autorizado por esta Lei terá por objeto a cooperação técnica e financeira entre o Município de Córrego Novo e a entidade selecionada na forma do art. 1º, com vistas ao acolhimento institucional, à assistência social, à promoção da saúde, ao convívio e à proteção integral de pessoas idosas residentes no Município que se encontrem em situação de vulnerabilidade, risco social ou abandono, e que não disponham de condições de permanência junto ao núcleo familiar.

§ 1º As condições específicas de execução, as metas, os indicadores, o número de vagas, os valores, o cronograma de desembolso e as obrigações recíprocas das partes serão definidos no plano de trabalho, parte integrante e indissociável do instrumento a ser firmado.

§ 2º O acolhimento de pessoas idosas dar-se-á mediante encaminhamento formal do órgão gestor municipal da Assistência Social, ouvidos, quando cabível, o Conselho Municipal do Idoso e o Ministério Público.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na função Assistência Social do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, se necessário, na forma da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. O repasse de recursos observará a compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente, bem como as exigências da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º Sem prejuízo dos requisitos exigidos no procedimento de seleção, a eficácia do instrumento de parceria fica condicionada à comprovação, pela entidade selecionada, do atendimento aos seguintes requisitos:

I – regularidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – apresentação de certidões negativas de débitos federais, estaduais, municipais, trabalhistas e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

III – comprovação de inscrição e regularidade junto ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal do Idoso da sede da entidade, nos termos do art. 48 da Lei Federal nº 10.741/2003;

IV – apresentação de estatuto social, ata de eleição da diretoria e comprovação de funcionamento regular há, no mínimo, 01 (um) ano;

V – apresentação e aprovação do plano de trabalho.

Art. 5º Fica autorizada a celebração de parceria mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, quando a natureza singular do objeto ou a existência de metas que somente possam ser atingidas por entidade específica tornarem inviável a competição.

§ 1º Considera-se hipótese de inviabilidade de competição, para os fins desta Lei, a preexistência de vínculo institucional de acolhimento de longa duração cuja ruptura possa acarretar dano à integridade física, psíquica ou emocional da pessoa idosa, atestada mediante prévia avaliação técnica multidisciplinar.

§ 2º A inexigibilidade será precedida de justificativa fundamentada do administrador público, publicada no sítio eletrônico oficial do Município, franqueado o prazo de impugnação previsto no art. 32, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 6º O prazo de vigência do instrumento de parceria será fixado no próprio termo, admitida a prorrogação mediante termo aditivo devidamente justificado, observados os limites da legislação de regência e a disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único. A entidade parceira prestará contas dos recursos recebidos na forma e nos prazos estabelecidos no instrumento, sujeitando-se à fiscalização do Município, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do controle social.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Córrego Novo/MG, 09 de julho de 2026.

Elon de Oliveira Ferrari

Prefeito Municipal de Córrego Novo/MG

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores,

Submeto à elevada apreciação dessa Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que visa autorizar o Poder Executivo Municipal a firmar instrumento de parceria com entidade privada sem fins lucrativos, integrante da rede socioassistencial, para o acolhimento institucional de pessoas idosas em regime de longa permanência.

A proteção à pessoa idosa constitui dever constitucional expresso. Dispõe o art. 230 da Constituição da República que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. No mesmo sentido, o art. 3º da Lei Federal nº 10.741/2003 — Estatuto da Pessoa Idosa — reafirma a absoluta prioridade na efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, atribuindo ao Poder Público o dever de assegurá-los.

O art. 50 do mesmo diploma, ao disciplinar as entidades de atendimento, e o art. 52, ao tratar da fiscalização, reconhecem expressamente a atuação de entidades privadas no acolhimento institucional, sob supervisão estatal. A Lei Orgânica da Assistência Social — Lei Federal nº 8.742/1993 —, por sua vez, estabelece em seu art. 6º que a gestão das ações da assistência social organiza-se sob a forma de sistema descentralizado e participativo, admitindo, nos termos de seu art. 3º, a atuação de entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos como integrantes da rede socioassistencial.

O Município de Córrego Novo, à semelhança de grande parte dos municípios mineiros de pequeno porte, não dispõe de equipamento público próprio destinado ao acolhimento de longa permanência de pessoas idosas. A criação e a manutenção de estrutura dessa natureza demandariam investimento de capital, contratação de equipe multiprofissional permanente e custeio continuado incompatíveis com a capacidade fiscal do Município, o que tornaria a medida antieconômica e, em última análise, inviável.

Nesse cenário, a celebração de parceria com entidade já constituída, dotada de estrutura física e experiência consolidada, revela-se a solução mais adequada sob a ótica dos princípios da eficiência e da economicidade, insculpidos, respectivamente, no art. 37, caput, e no art. 70 da Constituição da República. Trata-se, ademais, de expressão do princípio da subsidiariedade e da cooperação federativa, na medida em que o Município se vale de estrutura instalada em municipalidade limítrofe para garantir direito fundamental de seus munícipes.

A presente iniciativa, contudo, não decorre de mera conveniência administrativa. O Município de Córrego Novo figura como réu na Ação Civil Pública nº 1001386-89.2026.8.13.0134, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Caratinga, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na qual foi deferida tutela provisória de urgência determinando ao ente municipal que, em prazo assinalado, celebre instrumento jurídico de custeio do acolhimento institucional de duas pessoas idosas munícipes ou providencie sua transferência para instituição conveniada, sob pena de multa mensal por acolhido e possibilidade de sequestro de verbas públicas.

Consta dos autos que as pessoas idosas encontram-se institucionalizadas desde os anos de 1999 e 2012, respectivamente, sem que jamais tenha havido formalização de custeio pelo Município. Reconheceu-se, na via administrativa e judicial, que o Município não dispõe de instituição de longa permanência própria nem de convênio com entidade de acolhimento, tendo o Juízo assentado a existência de omissão administrativa prolongada e de falha estrutural na oferta de serviço socioassistencial de alta complexidade.

O presente Projeto de Lei constitui, portanto, providência necessária ao cumprimento da ordem judicial e à regularização de situação de fato consolidada há mais de duas décadas, conferindo ao Poder Executivo o suporte legal indispensável ao repasse de recursos públicos a entidade privada e à formalização do vínculo jurídico até aqui inexistente.

Impõe-se registrar, por relevante, que o presente Projeto não indica nem elege previamente a entidade parceira. A escolha da organização da sociedade civil constitui matéria própria do procedimento administrativo de seleção, e não do ato legislativo

autorizativo. Por essa razão, o art. 1º, § 2º, remete expressamente ao chamamento público de que trata o art. 24 da Lei Federal nº 13.019/2014, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade previstas nos arts. 30 a 32 do mesmo diploma, as quais, se invocadas, deverão ser motivadas em processo próprio, publicadas e submetidas a prazo de impugnação. Preserva-se, assim, a impessoalidade prevista no art. 37, caput, da Constituição da República, e afasta-se qualquer risco de direcionamento.

O art. 5º do Projeto, por sua vez, disciplina a hipótese de inexigibilidade de chamamento público. Não se trata de dispensa arbitrária, mas de reconhecimento normativo de circunstância fática que, quando presente, torna a competição juridicamente inviável. Com efeito, o acolhimento institucional de longa duração cria vínculo afetivo, terapêutico e de referência cuja ruptura pode acarretar dano grave à pessoa idosa, sobretudo àquela em elevado grau de dependência ou desprovida de vínculos familiares. Em tais hipóteses, a transferência compulsória para outra entidade, ainda que formalmente conveniada, contrariaria o próprio interesse tutelado, revelando-se a singularidade do objeto na acepção do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Por isso o § 1º do art. 5º condiciona o reconhecimento da inviabilidade de competição à prévia avaliação técnica multidisciplinar, e o § 2º impõe justificativa fundamentada, publicidade e prazo de impugnação. A inexigibilidade, assim, não é presumida pela lei: é autorizada em tese e demonstrada no caso concreto, onde pode ser controlada pelos órgãos de fiscalização e pela sociedade.

Cumpre observar, ainda, que o § 3º do art. 1º contempla a ressalva do art. 3º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, incluída pela Lei Federal nº 13.204/2017, segundo a qual não se submetem ao regime do Marco Regulatório as parcerias celebradas com entidades de assistência social integrantes do Sistema Único de Assistência Social. Verificada tal condição, o ajuste reger-se-á pela Lei Federal nº 8.742/1993 e pelas normas do Conselho Nacional de Assistência Social, competindo ao Poder Executivo, no processo administrativo, identificar e motivar o regime jurídico aplicável.

Por fim, requer-se especial atenção desta Casa quanto à urgência da matéria. A tutela provisória deferida na Ação Civil Pública acima referida fixou multa mensal por pessoa idosa acolhida, além de admitir expressamente o sequestro de verbas públicas municipais em caso de descumprimento. A demora na apreciação deste Projeto poderá, portanto, acarretar comprometimento direto do erário e agravamento da responsabilidade do Município, sem prejuízo do risco de interrupção do atendimento prestado às pessoas idosas, cuja proteção integral constitui dever indeclinável do Poder Público.

O projeto ora submetido não cria despesa obrigatória de caráter continuado sem lastro, tampouco vincula o Executivo à celebração do ajuste. Trata-se de norma meramente autorizativa, que confere ao Chefe do Poder Executivo a faculdade de firmar o instrumento, condicionada à observância dos requisitos de habilitação previstos no art. 4º, à existência de dotação orçamentária e ao cumprimento integral das exigências da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei Federal nº 13.019/2014.

A iniciativa, por versar sobre matéria afeta à organização administrativa e à execução de políticas públicas municipais, insere-se na competência do Poder Executivo, na forma da Lei Orgânica do Município, sendo certo que a autorização legislativa prévia atende ao princípio da legalidade e ao controle parlamentar sobre a destinação de recursos públicos a entidades privadas.

Diante do exposto, e certo de que essa Casa Legislativa, sensível à causa da pessoa idosa, saberá reconhecer o alcance social da medida, solicito a apreciação e a aprovação do presente Projeto de Lei.

Córrego Novo/MG, 09 de julho de 2026.

Elon de Oliveira Ferrari

Prefeito Municipal de Córrego Novo/MG

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
2ª Vara Cível da Comarca de Caratinga

Rua Luiz Antônio Bastos Cortes, 16 - Bairro: Dos Rodoviários - CEP: 35300274 - Fone: (33) 3322-6450 - Email: cga2civel@tjmg.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1001386-89.2026.8.13.0134/MG

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência proposta pelo **Ministério Público do Estado de Minas Gerais** em face do **Município de Córrego Novo/MG**, visando compelir o ente municipal a assegurar o custeio e a regularização do acolhimento institucional de pessoas idosas em instituição de longa permanência.

Narra o Ministério Público que a investigação teve início a partir de Notícia de Fato instaurada em 17/12/2025, após comunicação realizada pelo Lar Recanto dos Idosos de Bom Jesus do Galho, informando que havia residentes oriundos do Município de Córrego Novo acolhidos na instituição sem qualquer convênio ou instrumento formal de parceria com o ente municipal.

No curso do procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público, foram expedidos ofícios requisitando informações ao Município e à instituição de acolhimento, tendo o Município permanecido inicialmente silente às requisições ministeriais.

Posteriormente, a instituição informou que dois idosos provenientes do Município de Córrego Novo/MG encontram-se acolhidos em suas dependências, sem qualquer formalização de custeio pelo ente municipal: Vera Lúcia Adriana, nascida em 04/04/1966, acolhida desde 08/05/1999, com grau de dependência 1; Antônio Vicente da Silva, nascido em 16/03/1948, acolhido desde 03/01/2012, com grau de dependência 2 e sem vínculos familiares conhecidos.

O custo mensal informado pela instituição é de R$ 2.260,00 por idoso.

Em resposta posterior, o Município confirmou as informações relativas aos idosos acolhidos, reconhecendo não possuir instituição de longa permanência própria e tampouco convênio formal com entidade de acolhimento, limitando-se a informar que realizaria estudos de viabilidade para eventual formalização futura de parceria, sem apresentar prazos ou cronograma concreto.

Sustenta o Ministério Público que tal situação revela omissão estatal prolongada, visto que uma das idosas encontra-se institucionalizada há mais de 26 anos e o outro idoso há mais de 14 anos, período em que o Município não assumiu qualquer responsabilidade financeira pelo acolhimento.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
2ª Vara Cível da Comarca de Caratinga

Diante disso, requer a concessão de tutela de urgência para determinar ao Município que, no prazo de 30 dias, celebre instrumento jurídico de custeio com a instituição ou providencie a transferência dos idosos para instituição conveniada, sob pena de multa diária.

É o relatório. **Decido**.

Nos termos do art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

No caso concreto, ambos os requisitos encontram-se evidenciados.

A probabilidade do direito decorre do robusto conjunto documental que demonstra: I) a existência de idosos munícipes acolhidos em instituição de longa permanência fora do município; II) a ausência de convênio ou instrumento jurídico de custeio entre o Município e a entidade; III) a prolongada omissão administrativa quanto à regularização da situação.

Conforme documentação acostada, dois idosos provenientes do Município de Córrego Novo encontram-se institucionalizados no Lar Recanto dos Idosos de Bom Jesus do Galho, sem qualquer instrumento jurídico de parceria ou repasse financeiro municipal.

A prova documental revela ainda que Vera Lúcia Adriana permanece acolhida desde 1999 enquanto Antônio Vicente da Silva encontra-se institucionalizado desde 2012 (Evento 1, DOCUMENTOS25), evidenciando que o Município se manteve inerte por décadas diante da necessidade de atendimento socioassistencial dessas pessoas.

Ademais, o próprio Município reconheceu formalmente: não possuir ILPI própria, e não manter convênio com qualquer instituição de acolhimento para idosos (Evento 1, DOCUMENTOS26).

Tal circunstância evidencia a falha estrutural na oferta de serviço socioassistencial de alta complexidade, cuja prestação constitui dever jurídico do ente municipal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

A Constituição Federal estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua dignidade e bem-estar (art. 230), bem como prevê a proteção à velhice como objetivo da assistência social (art. 203, I).

No plano infraconstitucional, o Estatuto da Pessoa Idosa impõe ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa idosa, inclusive por meio da assistência social e do acolhimento institucional quando necessário.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
2ª Vara Cível da Comarca de Caratinga

Portanto, diante da prova documental produzida, mostra-se altamente provável a existência de omissão administrativa do Município quanto à garantia do serviço de acolhimento institucional de idosos em situação de vulnerabilidade.

O perigo de dano também se revela evidente.

A instituição informou que vem arcando sozinha com os custos de manutenção dos idosos, atualmente estimados em R$ 2.260,00 mensais por acolhido (Evento 1, DOCUMENTOS25).

A continuidade dessa situação compromete: a sustentabilidade financeira da instituição, a manutenção do serviço socioassistencial, e a própria segurança e continuidade do atendimento aos idosos.

O risco se mostra ainda mais sensível no caso do Sr. Antônio Vicente da Silva, que possui grau de dependência 2 e não possui vínculos familiares conhecidos, dependendo integralmente do acolhimento institucional para sua sobrevivência e cuidado cotidiano.

A demora na regularização da situação pode gerar interrupção do atendimento ou agravamento das condições de cuidado, circunstância incompatível com o dever constitucional de proteção integral à pessoa idosa.

Diante disso, a intervenção judicial imediata revela-se necessária para assegurar o mínimo existencial e a continuidade da assistência socioassistencial.

Ademais, cumpre asseverar, a providência requerida não implica ingerência indevida na discricionariedade administrativa.

O pedido ministerial permite ao Município escolher entre: celebrar convênio com a instituição atual; ou transferir os idosos para instituição com a qual já possua parceria formal.

Trata-se, portanto, de determinação voltada à garantia de prestação mínima de serviço público essencial, sem interferir na escolha administrativa do modelo de execução.

Diante do exposto, **DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA** requerida pelo Ministério Público, com fundamento no art. 300 do CPC, para determinar que o Município de Córrego Novo/MG, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote uma das seguintes providências, a seu critério administrativo:

1. celebre instrumento jurídico adequado (convênio, termo de colaboração, termo de fomento ou outro instrumento legal cabível) com o Lar Recanto dos Idosos de Bom Jesus do Galho, garantindo o custeio do acolhimento institucional de Vera Lúcia Adriana e Antônio Vicente da Silva;

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
2ª Vara Cível da Comarca de Caratinga

ou

2. providencie a transferência dos referidos idosos para instituição de longa permanência devidamente conveniada, assegurando condições adequadas de acolhimento compatíveis com os respectivos graus de dependência, mediante prévia avaliação técnica multidisciplinar.

Em caso de descumprimento, fixo multa mensal equivalente ao valor proporcional do custo mensal de manutenção informado pela instituição, correspondente a R$ 2.260,00 por idoso, sem prejuízo de outras medidas coercitivas cabíveis, inclusive sequestro de verbas públicas para custeio do serviço, se necessário.

O valor da multa será revertido em favor do Lar Recanto dos Idosos de Bom Jesus do Galho, enquanto perdurar a situação irregular de custeio do acolhimento.

Cite-se o Município réu para contestar, por meio eletrônico, no prazo legal.

Em face da determinação do CNJ para priorização do processamento e julgamento das ações civis públicas, bem como por se tratar de decisão que se insere no art. 254 do Provimento 355 da CGJ do TJMG, **DETERMINO** o cumprimento com **URGÊNCIA**.

Fica a Sra. Gerente de Secretaria ciente que o Ministério Público está dispensado do pagamento de emolumentos e outros encargos.

Intime-se o MP.

Caratinga, na data da assinatura digital.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE FERREIRA, Juiz de Direito**, em 04/03/2026, às 17:17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.tjmg.jus.br > eproc > Autenticação de documentos, informando o código verificador **2097728v2** e o código CRC **2075ad84**.

1001386-89.2026.8.13.0134 **2097728 .V2**